

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****Processo n. 244.876/2020****Pregão Eletrônico: 43/2021****Contrato n. 2021/117.0****OBJETO**

Prestação de serviços de outsourcing de impressão por meio de franquia, mediante a disponibilização de equipamentos para impressão monocromática A4, incluindo instalação, configuração, treinamento dos usuários, garantia de funcionamento da solução, suporte técnico e fornecimento de todos os suprimentos, exceto papel, sem previsão de consumo mínimo, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses

CONTRATANTE:

Denominação/Nome por extenso:
CÂMARA DOS DEPUTADOS

CNPJ/MF:
00.530.352/0001-59

Endereço:
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N. EDIFÍCIO ANEXO I 13º ANDAR

Cidade:
BRASÍLIA

UF:
DF

CEP:
70.160-900

Nome do Responsável:
CELSO DE BARROS CORREIA NETO

Cargo/Função:
DIRETOR-GERAL

CONTRATADA:

Denominação/Nome por extenso:
SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ/MF:
07.432.517/0001-07

Endereço:
ALAMEDA ÁSIA, 164, ANDAR 2 – POLO EMPRESARIAL

Cidade:
SANTANA DE PARNAÍBA

UF:
SP

CEP:
06.543-312

Nome do Representante Legal:
CARLOS ALBERTO PULICI JUNIOR / FERNANDO JOSÉ COUTINHO MARTINS

Cargo
DIRETOR / DIRETOR FINANCEIRO

DADOS DO CONTRATO

Data da Proposta
21/07/2021

Data de assinatura
08/09/2021

Data de vigência
08/09/21 a 07/09/25

Preço: R\$ 1.994.941,74 (hum milhão e novecentos e noventa e quatro mil e novecentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos)

Valor da Garantia: R\$ 99.747,09 (noventa e nove mil e setecentos e quarenta e sete reais e nove centavos)

Nota(s) de Empenho: 2021NE001135



As partes, acima identificadas, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/7/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital da licitação acima referenciada e seus Anexos, daqui por diante denominado EDITAL, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de outsourcing de impressão por meio de franquias, mediante a disponibilização de equipamentos para impressão monocromática A4, incluindo instalação, configuração, treinamento dos usuários, garantia de funcionamento da solução, suporte técnico e fornecimento de todos os suprimentos, exceto papel, sem previsão de consumo mínimo, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas no EDITAL e nas demais exigências e condições expressas no referido instrumento e neste Contrato.

1.2. Fazem parte do presente Contrato, para todos os efeitos:

- a) **Edital de Retificação Consolidado** do Pregão Eletrônico n. 43/21 e seus Anexos;
- b) Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico n. 43/21;
- c) Proposta da CONTRATADA.

2. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1. No valor estimado da contratação estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

3.1. No interesse da CONTRATANTE, o valor deste Contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de acréscimos ou exclusões de componentes do objeto, nas mesmas condições contratuais da proposta, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO.

3.1.1. As supressões além desse limite são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A despesa com a execução do presente Contrato correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho: 1.031.0034.4061.5660

– Administração Legislativa - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política

- Natureza da Despesa:



- 3.0.00.00 – Despesas Correntes
- 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
- 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
- 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A CONTRATADA iniciará e concluirá a implantação da solução dentro dos prazos estabelecidos na sua proposta, que não poderão ser superiores a 30 (trinta) dias e 75 (setenta e cinco) dias, respectivamente, contados da data de início da vigência deste Contrato.

5.2. A CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias, após a data de início da vigência deste Contrato, fornecerá ao Órgão Responsável a relação nominal dos empregados que prestarão os serviços contendo dados pessoais (nome, endereço residencial atualizado, número da carteira de identidade, órgão expedidor e data de expedição, CTPS e cargo que ocupa na empresa), identificando os nomes das pessoas autorizadas a receber chamados para manutenção.

5.3. Locais de execução dos serviços: Gabinetes Parlamentares, nas dependências da CONTRATANTE, em Brasília-DF em locais a serem indicados pelo Órgão Responsável.

5.4. Dia/Horário de execução dos serviços: Em dia de expediente normal da CONTRATANTE, das 9h às 18h.

5.5. DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO E DA REUNIÃO PREPARATÓRIA

5.5.1. A CONTRATADA deverá entregar em até 15 (quinze) dias, contados da data de início da vigência deste Contrato, o Plano de Implantação, sujeito à aprovação do Órgão Responsável, que deverá considerar:

- a) a integralidade do projeto (disponibilização, instalação e configuração dos equipamentos, suporte técnico, assistência técnica, migração de formulários, troca/abastecimento de consumíveis);
- b) o procedimento necessário à execução dos serviços, obedecendo a uma sequência de atividades e prazos pré-definidos para instalação, testes e implantação do objeto contratado.

5.5.2. Em caso de não aprovação do Plano de Implantação, a CONTRATADA procederá às alterações necessárias em até 5 (cinco) dias úteis, contados da ciência da notificação formal do Órgão Responsável.

5.5.3. Antes da entrega do Plano de Implantação, a CONTRATADA deverá agendar reunião preparatória junto ao Órgão Responsável, por meio do telefone (61) 3216-3604.

5.5.3.1. Deverão participar da reunião os integrantes das equipes técnica e gerencial da CONTRATADA e os representantes do Órgão Responsável da CONTRATANTE.

5.5.3.2. A reunião terá por objetivo o planejamento da execução do serviço e abordará os seguintes tópicos:



- a) configuração dos equipamentos e programas de acordo com os requisitos de segurança da CONTRATANTE;
- b) definição do treinamento junto aos usuários;
- c) definição do treinamento do Service Desk da CONTRATANTE.

5.5.4. A critério do Órgão Responsável, poderão ser convocadas outras reuniões das quais a CONTRATADA deverá participar com, pelo menos, um integrante da equipe gerencial e um integrante da equipe técnica, para tratar de assunto referente à implantação da solução contratada.

5.6. DA IMPLANTAÇÃO

5.6.1. A implantação da solução compreende entrega, instalação e configuração dos equipamentos e treinamento dos técnicos e usuários.

5.6.2. Ao término da implantação, constatado o pleno funcionamento da solução, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Aceite da implantação.

5.7. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.7.1. A prestação dos serviços do objeto deste Contrato compreende a implantação da solução, a garantia de funcionamento, o suporte técnico e o fornecimento de suprimentos, exceto papel, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses.

5.8. DA ENTREGA, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

5.8.1. A CONTRATADA deverá realizar a entrega, a instalação, o treinamento e a configuração dos equipamentos e acessórios de impressão, de acordo com o Plano de Implantação.

5.8.2. Os equipamentos serão entregues e instalados nos Gabinetes Parlamentares e não haverá local para estoque durante o período de instalação.

5.8.3. Os equipamentos deverão ser entregues nos locais de instalação e uso.

5.8.4. Uma vez entregue o equipamento no local de uso, a CONTRATADA terá 1 (um) dia útil para instalar o equipamento.

5.8.5. A CONTRATANTE não fornecerá à CONTRATADA software para bilhetagem ou gerenciamento dos equipamentos de impressão.

5.8.6. A CONTRATADA poderá optar por instalar software(s) de bilhetagem para controle do número de páginas impressas e de gerenciamento dos equipamentos.

5.8.6.1. Caso opte pela instalação do(s) software(s) mencionado(s), este(s) deverá(ão) ter compatibilidade com a rede da CONTRATANTE, com as políticas da sua Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação e funcionar concomitantemente com os softwares de gerenciamento da CONTRATANTE, sem comprometer nenhuma de suas funcionalidades.

5.8.6.2. A CONTRATANTE disponibilizará à CONTRATADA pontos de rede e pontos elétricos para a instalação de equipamentos de gerenciamento eventualmente necessários à CONTRATADA na prestação do serviço, sendo a CONTRATADA responsável por toda a configuração e manutenção desse ambiente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

5.8.7. Serão considerados não entregues os equipamentos e/ou componentes entregues em desconformidade com as especificações técnicas do EDITAL.

5.8.8. Ocorrendo comprovada descontinuidade de fabricação ou evolução tecnológica do equipamento ofertado ou de seus componentes, poderá a CONTRATANTE aceitar equipamento ou componente distinto do ofertado, desde que seja apresentada documentação técnica que comprove a equivalência ou superioridade em relação às características técnicas daquele originalmente cotado, sendo inadmissível qualquer aumento de preço.

5.8.9. No decorrer da vigência deste Contrato, a CONTRATANTE poderá solicitar, sem ônus, a realocação de equipamentos e acessórios de impressão visando a otimizar processos e a adequar os serviços às reais necessidades.

5.8.10. A CONTRATADA deverá também instalar, nos equipamentos fornecidos, dispositivos de identificação de propriedade e de orientação de uso aos servidores da CONTRATANTE.

5.9. DO FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS

5.9.1. A substituição de cartuchos, toners, cilindros, fusores, reveladores, roletes e demais consumíveis de responsabilidade da CONTRATADA, em todos os locais, deverá ser proativa, de forma a evitar a paralisação de equipamentos.

5.9.2. Na hipótese de falha no procedimento previsto no subitem anterior, fica definido prazo de 30 (trinta) minutos úteis após a comunicação formal feita pelo Órgão Responsável.

5.9.2.1. A cada troca de consumível não efetuada de forma proativa, dentro do período de tolerância, será cobrada multa conforme descrito no Título 14 deste Contrato.

5.9.3. A CONTRATADA deverá manter sob seu controle, nas dependências da CONTRATANTE, estoque de consumíveis suficientes ao perfeito funcionamento dos equipamentos.

5.10. DOS RELATÓRIOS

5.10.1. A CONTRATADA deverá submeter à aprovação do Órgão Responsável, antes do início de suas atividades, os meios que utilizará para controle dos serviços objeto deste Contrato.

5.10.2. A CONTRATADA deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

5.10.2.1. Relatório mensal, que deverá ser entregue junto com a fatura, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) número de série;
- b) marca/modelo;
- c) endereço do gabinete;
- d) nome do Deputado;
- e) localização;
- f) data da instalação;
- g) valor da cópia;
- h) leitura anterior;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- i) leitura atual;
- j) total de páginas produzidas;
- k) dedução de páginas impressas para teste dos equipamentos;
- l) valor das páginas efetivamente impressas

5.10.2.2. Relatório mensal de projeção de volume de impressão, conforme modelo a ser definido pela CONTRATANTE em reunião preparatória, que deverá ser entregue junto com a fatura, apresentando o consumo médio mensal de impressão e projeção em meses de acordo com o consumo para alcançar o volume estimado para todo o contrato de 22.358,59 (vinte e dois mil trezentos e cinquenta e oito e cinquenta e nove décimos) milheiros de páginas.

5.10.2.3. Relatório de visita técnica, conforme descrito no item 7.4 do Título 7 deste Contrato.

5.10.2.4. Relatório de instalação do equipamento, que deverá ser entregue em até 1 (um) dia útil após cada instalação, conforme modelo a ser definido pelo Órgão Responsável.

5.10.3. Os documentos relacionados no subitem 5.10.2 deste Título, bem como quaisquer outros que venham a ser solicitados, ficarão à disposição do Órgão Responsável para eventuais diligências de acompanhamento e fiscalização.

5.10.4. A CONTRATANTE poderá fornecer modelos dos relatórios a serem produzidos, indicando as informações essenciais, podendo a CONTRATADA acrescentar a esses outros dados que considere importantes para o seu controle.

5.10.4.1. A CONTRATANTE reserva-se o direito de, a qualquer momento, promover alterações nos modelos de relatórios.

5.10.5. A CONTRATADA entregará ao Órgão Responsável, preferencialmente por meio eletrônico, no prazo máximo de dois dias úteis após o aceite de que trata o subitem 5.6.2 deste Título, relação dos bens de terceiros (equipamentos de sua propriedade instalados na Câmara dos Deputados), juntamente com os dados de cada equipamento (marca, modelo, número de série) e local de instalação.

5.10.5.1. Qualquer alteração na relação a que se refere este subitem 5.10.5 deverá ser formalmente comunicada ao Órgão Responsável, no prazo máximo de dois dias úteis após a data da efetiva alteração.

5.10.5.2. A CONTRATADA deverá identificar qualquer equipamento que for instalado nas dependências da CONTRATANTE.

6. DO TREINAMENTO

6.1. O treinamento tem por objetivo capacitar os usuários e os técnicos da CONTRATANTE na utilização dos equipamentos envolvidos na solução.

6.2. Deverão ser abordados, no mínimo, os seguintes tópicos:

- a) procedimentos em caso de falhas;
- b) manuseio de papel na impressora;
- c) desatolamento de papel na impressora;
- d) digitalização de documentos;



- e) cópia de documentos;
- f) operação padrão do equipamento.

6.3. Aos usuários, o treinamento será efetuado logo após a instalação e configuração do equipamento no gabinete parlamentar.

6.3.1. Caso não seja possível a realização do treinamento logo após a instalação do equipamento, a CONTRATADA agendará com o chefe de gabinete, ou seu substituto, data e hora para realização do treinamento.

6.4. Durante o período deste Contrato, o Gabinete Parlamentar poderá solicitar, a qualquer momento, repetição do treinamento de uso do equipamento.

6.5. A CONTRATADA fornecerá ainda prospectos de orientação ou cartões de referência para utilização dos equipamentos e suas funcionalidades.

6.6. A CONTRATADA deverá entregar, até o início das instalações, uma relação de dúvidas frequentes (FAQ – *Frequently Asked Questions*), a ser utilizada pelo Service Desk da CONTRATANTE, contendo os problemas mais comuns e o correspondente passo a passo da solução.

6.7. Durante os primeiros 30 (trinta) dias da assinatura deste Contrato, antes da entrega dos equipamentos, a CONTRATADA agendará e realizará treinamento com 21 (vinte e um) técnicos de atendimento e com 32 (trinta e dois) técnicos do Service Desk da CONTRATANTE.

6.7.1. A CONTRATADA montará turmas de treinamento em quantidade suficiente para capacitar todos os técnicos indicados pelo Órgão Responsável.

6.7.2. O treinamento aos técnicos de atendimento e aos técnicos do Service Desk será ministrado nas dependências CONTRATANTE.

6.7.3. O treinamento aos técnicos de atendimento e aos técnicos do Service Desk abordará os tópicos indicados no item 6.2 deste Título e os capacitará no uso e na configuração do painel dos equipamentos.

7. DO SUPORTE TÉCNICO

7.1. Restabelecimento do serviço: Série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos em seu perfeito estado de funcionamento, compreendendo substituições e instalações de componentes, a expensas da CONTRATADA.

7.1.1. A responsabilidade da CONTRATADA, em garantir funcionamento da solução, inclui a disponibilidade da totalidade de equipamentos contratados, mesmo nos casos de danos provocados pela CONTRATANTE ou terceiros, garantido o direito da contratada ao ressarcimento.

7.1.2. O restabelecimento do serviço será realizado no período das 9h às 18h, em dias úteis, preferencialmente nas dependências da CONTRATANTE.

7.2. Prazo de restabelecimento do serviço: tempo decorrido da comunicação da ocorrência, recebida na ferramenta de gerenciamento de incidentes da CONTRATANTE, com recolocação dos equipamentos em funcionamento e com a inclusão do relatório de atendimento em nota, até o encerramento do respectivo chamado de atendimento na respectiva ferramenta ITSM (*Information Technology Service Management*).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

7.2.1. O prazo de restabelecimento do serviço será de, no máximo, 2 (duas) horas úteis.

7.2.2. Na comunicação feita pelo Órgão Responsável à CONTRATADA, serão fornecidas as seguintes informações para abertura da respectiva ordem de serviço:

- a) número de patrimônio e/ou tipo/modelo do equipamento;
- b) motivo do chamado;
- c) nome do responsável pela solicitação do serviço;
- d) localização do equipamento

7.3. Substituição e Remoção de equipamentos

7.3.1. A CONTRATADA substituirá, no prazo de 4 (quatro) horas úteis, qualquer equipamento que venha a apresentar 4 (quatro) ou mais defeitos que comprometam o seu uso normal, dentro de um período contínuo de 30 (trinta) dias.

7.3.2. Faculta-se à CONTRATADA substituir o equipamento defeituoso por outro de mesmas características técnicas, quando então, a partir do funcionamento do equipamento substituído, ficará suspensa a contagem do prazo de reparação.

7.3.2.1. Para a remoção de equipamentos, será necessária autorização de saída emitida pelo Departamento de Material e Patrimônio da CONTRATANTE, a ser concedida ao funcionário da CONTRATADA, formalmente identificado.

7.3.2.2. A autorização de saída, instrumento indispensável à retirada dos equipamentos das dependências da CONTRATANTE, será solicitada pelo Órgão Responsável.

7.3.2.3. A CONTRATADA ficará obrigada a comunicar formalmente a devolução de equipamento retirado das dependências da CONTRATANTE para manutenção

7.3.3. A substituição definitiva será admitida, a critério do Órgão Responsável, após prévia avaliação técnica, quanto às condições de uso e compatibilidade do equipamento ofertado, em relação àquele a ser substituído.

7.3.4. A CONTRATADA poderá manter sob seu controle, na Câmara dos Deputados, estoque de equipamentos reservas.

7.3.5. A CONTRATADA deverá entregar em até 9 (nove) horas úteis, após a substituição do equipamento, relatório descritivo com as características técnicas, a numeração do contador físico do novo equipamento e a numeração do contador do equipamento removido.

7.4. Relatórios técnicos

7.4.1. A CONTRATADA apresentará um relatório de visita, conforme modelo do Anexo n. 6, devidamente preenchido.

7.4.1.1. O relatório será assinado pelo usuário do equipamento, na conclusão do serviço.

7.4.1.2. A data e hora do término do atendimento serão preenchidos obrigatoriamente pelo usuário do equipamento.

7.4.2. Cópia digital do respectivo relatório deverá ser anexada em nota na ferramenta de gerenciamento de incidentes da CONTRATANTE, antes do encerramento do respectivo chamado de atendimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

7.4.3. No prazo previsto para restabelecimento do serviço, inclui-se a inclusão do relatório de atendimento em nota e respectivo encerramento do chamado de atendimento na ferramenta de gerenciamento de incidentes da CONTRATANTE.

7.4.4. É de responsabilidade da área de fiscalização a classificação do atendimento e indicação do respectivo prazo de restabelecimento, com base nas informações apresentadas durante a abertura dos chamados.

7.5. Outros Aspectos Relacionados ao Suporte Técnico

7.5.1. O restabelecimento dos serviços compreende ainda:

- e) substituição de cartuchos, toners, cilindros, fusores, reveladores, roletes e demais consumíveis de responsabilidade da CONTRATADA.
- f) a solução de problemas simples de impressão, tais como desligar e ou religar a impressora, desatolamento de papel (que não exija troca de peças), configuração de painel e também solução de dúvidas frequentes não resolvidas pelo Service Desk, deverá ser realizada pela CONTRATADA no prazo de 1 (uma) hora útil.
- g) a realocação, distribuição, remoção, instalação e configuração de equipamentos dentro da estrutura da CONTRATANTE deverá ser realizada pela CONTRATADA no prazo de 4 (quatro) horas úteis, contadas da comunicação formal pelo Órgão Responsável

7.5.2. A CONTRATANTE poderá efetuar a conexão dos equipamentos a outros, bem como adicionar componentes, compatíveis tecnicamente, sem prejuízo das condições de garantia de funcionamento previstas neste Contrato, facultado o acompanhamento de tais atividades pela CONTRATADA.

7.5.3. A CONTRATADA deverá efetuar movimentações de seus equipamentos, quando solicitado pela CONTRATANTE.

8. DA TRANSIÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Define-se transição dos serviços o período de coexistência de dois contratos de prestação de serviço, para o mesmo objeto, destinado à execução de procedimentos que assegurem a continuidade dos serviços na transferência da responsabilidade da prestação dos serviços para outra empresa.

8.1.1. A transição dos serviços ocorrerá no período final do prazo contratual ou na ocorrência de rescisão contratual antecipada, conforme previsto no artigo 79 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.1.2. Durante a transição dos serviços, não poderá haver descontinuidade ou queda no nível de prestação dos serviços.

8.1.3. Os serviços pagos corresponderão ao volume de serviços efetivamente prestados, de forma a se evitar pagamentos indevidos por serviços encerrados e transferidos, ou por serviços ainda por transferir.

8.2. O início da transição dos serviços ocorrerá com a entrega pelo Órgão Responsável do cronograma para desinstalação dos equipamentos e transferência dos serviços.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

8.3. A desinstalação dos equipamentos deverá obedecer rigorosamente ao cronograma e/ou às demais determinações da CONTRATANTE, sob pena de multa, conforme tabela constante do Título 14 deste Contrato.

8.4. O equipamento deverá ser retirado das dependências da CONTRATANTE no primeiro dia útil subsequente ao da desinstalação, sob pena de multa, conforme tabela constante do Título 14 deste Contrato.

8.5. Durante o período de transição, é facultada à CONTRATANTE modificar o cronograma para desmobilização dos serviços.

8.6. Durante o período de transição dos serviços, a CONTRATADA manterá a qualidade dos trabalhos, seguindo todas as exigências de serviço previstas neste Contrato.

8.7. A CONTRATADA apoiará a empresa que a sucederá, fornecendo informações sobre os serviços que serão prestados, sem interromper o serviço de impressão ao usuário, sob pena de multa, conforme tabela constante do Título 14 deste Contrato.

8.8. Caso a Contratada fique impossibilitada de manter os serviços, com a consequente rescisão antecipada deste Contrato, a CONTRATADA franqueará a permanência dos seus equipamentos objeto deste Contrato, instalados e em operação pelo prazo de até seis meses, até que novo contrato seja celebrado.

8.9. Havendo contratação de remanescente de serviço, nos termos do art. 24, XI, da Lei 8.666/93, poderá a empresa negociar com a CONTRATADA originariamente a transferência, em termo próprio e irretratável, dos equipamentos já em utilização pela CONTRATANTE, desde que em perfeitas condições de uso e autorizado pela CONTRATANTE.

9. DO RECEBIMENTO

9.1. O objeto contratual será recebido definitivamente se em perfeitas condições e conforme as especificações editalícias a que se vincula a proposta da CONTRATADA.

9.2. O Termo de Aceite da Implantação será emitido em até 5 (cinco) dias, conforme o disposto no subitem 5.6.2 do Título 5 deste Contrato.

10. DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL

10.1. Considera-se órgão responsável pela gestão deste Contrato a DIRETORIA DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO da Câmara dos Deputados, localizada no Edifício Anexo I, 11º andar, que, por meio da COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS DE TIC, designará o fiscal responsável pelos atos de acompanhamento, controle e fiscalização da execução contratual.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. A CONTRATANTE deverá:

- a) indicar fiscal deste Contrato que acompanhará a entrega dos equipamentos e seu funcionamento durante o período de vigência;
- b) comunicar à CONTRATADA a ocorrência de problemas ou defeitos que necessitam ser resolvidos;
- c) acompanhar a execução e o cumprimento dos prazos contratuais;



- d) aplicar multa por eventuais descumprimentos contratuais;
- e) atestar nota fiscal dos serviços prestados;
- f) analisar semestralmente a evolução do volume de impressão e realizar ajustes nas quantidades contratadas, conforme previsto neste Contrato.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Constituem obrigações da CONTRATADA aquelas enunciadas no EDITAL e neste Contrato, observado o disposto neste Título.

12.2. A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.3. Além do estatuído no EDITAL e neste Contrato, a CONTRATADA cumprirá as instruções complementares do Órgão Responsável, quanto à execução e ao horário de realização dos serviços, permanência e circulação de seus empregados nos prédios administrativos da CONTRATANTE.

12.4. Para o pessoal em serviço será exigido o porte de cartão de identificação, a ser fornecido pela prestadora dos serviços ou, no interesse administrativo, pelo Departamento de Polícia Legislativa.

12.4.1. Os empregados da CONTRATADA, além de portar identificação, deverão se apresentar sempre limpos e asseados, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer no de higiene pessoal, devendo ser substituído imediatamente aquele que não estiver de acordo com esta exigência, mediante comunicação do Órgão Responsável.

12.5. Os empregados da CONTRATADA, por esta alocados na execução dos serviços, embora sujeitos às normas internas ou convencionais da CONTRATANTE, não terão com ela qualquer vínculo empregatício ou de subordinação.

12.6. Todas as obrigações tributárias, trabalhistas e sociais, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão de obra utilizada para os fins estabelecidos neste Contrato.

12.7. A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como Correclamada.

12.8. A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios eventualmente causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste Contrato.

12.9. A CONTRATADA comunicará, verbal e imediatamente, ao Órgão Responsável, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, em até dois dias úteis após o ocorrido, reduzirá a escrito a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e todas as circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos e entregará o termo ao Órgão Responsável.

12.10. A CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem imperfeições,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, por exigência do Órgão Responsável, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar.

12.11. A CONTRATADA fica obrigada a manter durante toda a execução deste Contrato, todas as condições de habilitação exigidas no momento da licitação.

12.12. A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

12.12.1. A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada neste Título, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a rescisão deste Contrato, nos termos do artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.

12.13. É vedada a subcontratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

12.14. A CONTRATADA se compromete a adotar e utilizar solução tecnológica que venha a ser disponibilizada pela CONTRATANTE, sem gerar custos adicionais diretos para a CONTRATADA, para mensuração, controle e/ou monitoramento da produtividade da execução contratual.

12.15. É de responsabilidade da CONTRATADA o descarte apropriado de peças e consumíveis inaproveitáveis e o encaminhamento dos materiais descartados, com potencial reaproveitamento, como peças usadas e embalagens, para reciclagem de forma responsável e ambientalmente correta, observando os preceitos da Lei n. 12.305/10 – que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – e que no seu artigo 33 trata da questão, da Lei n. 9.605/1998 e da NBR 10.004.

12.15.1. A CONTRATADA apresentará, em até 5 (cinco) dias contados a partir da solicitação feita pelo Órgão Responsável, documento comprobatório de descarte ou destinação ambientalmente correta (reutilização) dos consumíveis que geram resíduos perigosos.

12.16. A CONTRATADA deverá ainda:

- a) manter os seus empregados informados quanto às normas internas da CONTRATANTE, exigindo sua fiel observância, especialmente quanto à utilização, manutenção e a segurança das instalações, bem como à salvaguarda de documentos considerados sigilosos;
- b) providenciar a emissão e assinatura do Termo de Confidencialidade sempre que houver alteração no quadro de prestadores de serviço da CONTRATADA e disponibilizá-lo ao Órgão Responsável;
- c) assegurar que todos os privilégios de acessos a sistemas, informações e recursos de TI da CONTRATANTE sejam revistos, modificados ou revogados quando da transferência, do remanejamento, da promoção ou da demissão de profissionais sob sua responsabilidade, observando a política de gestão de identidades da Câmara dos Deputados.

13. DO PAGAMENTO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

13.1. O objeto aceito pela CONTRATANTE será pago em parcelas mensais variáveis, com base na metodologia de franquia mensal mínima de impressões mais o pagamento de excedente, com compensações semestrais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

13.1.1. O pagamento da **primeira fatura** do serviço será realizado até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês no qual foi finalizada a implantação total da solução.

13.1.2. A digitalização de documentos sem impressão não gera páginas impressas, portanto a CONTRATANTE se reserva o direito de uso destas funções sem ônus adicionais.

13.1.3. A CONTRATANTE suspenderá o pagamento de valores relativos a eventuais divergências entre a fatura e os relatórios da CONTRATADA, ou entre esses e os controles que ela venha a manter, até a completa apuração dos fatos.

13.1.4. Para os pagamentos mensais da franquia, observar-se-á o seguinte:

- a) somente haverá compensação na fatura do último mês de cada semestre contratual, e quando houver pagamento de excedente de páginas impressas, além da franquia mensal durante o respectivo período;
- b) a cada mês, para fins de faturamento, deve haver a apuração mensal do saldo da franquia. Se o saldo do mês for negativo (ou seja, Volume Produzido – Franquia Contratada < 0), deverá ser pago o valor da FRANQUIA MENSAL. Caso o saldo seja positivo (ou seja, de EXCEDENTE), o órgão deve pagar a FRANQUIA MENSAL acrescida do valor EXCEDENTE gerado no respectivo mês;
- c) as apurações mensais das páginas impressas, tanto pertencentes à franquia como excedentes, serão realizadas exclusivamente no último dia do respectivo mês de referência. A CONTRATADA deverá declarar que cumpriu essa exigência no relatório exigido no subitem 5.10.2.1 do Título 5 deste Contrato. A informação apresentada será confrontada com o relatório gerado pelo software de bilhetagem da CONTRATANTE (GLPI), prevalecendo este, caso sejam distintas as quantidades levantadas, resguardado o contraditório da CONTRATADA.

13.1.5. O pagamento de cada parcela será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura discriminada, emitida no mês subsequente ao da prestação dos serviços, após atestação pelo Órgão Responsável, considerando, ainda, o disposto nas observações constantes do Modelo da Proposta Completa (Anexo n. 3 ao EDITAL).

13.1.6. A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

13.2. A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), todos dentro dos prazos de validade neles expressos.

13.2.1. A nota fiscal/fatura relativa ao **primeiro mês** de contratação terá como período de referência o dia de início da produção e o último dia desse mês. A nota fiscal/fatura relativa ao



último mês de contratação terá como período de referência o primeiro dia desse mês e o último dia da produção.

13.2.2. As demais notas fiscais/faturas terão como referência o período compreendido entre o dia primeiro e o último dia de cada mês.

13.3. Semestralmente será feita uma análise entre o volume de impressões produzido e a franquia estipulada.

13.3.1. Caso seja constatado, a cada análise semestral, que o volume realizado/produzido não esteja atingindo o volume da franquia estipulada para o semestre, o Órgão Responsável irá reavaliar o dimensionamento deste Contrato, seja revisando a estimativa de páginas impressas, a quantidade de impressoras ou sua melhor distribuição.

13.3.2. Se essa diferença for recorrente, proveniente de uma tendência de baixa no número de impressoras ou mudança no perfil do consumo, o Órgão Responsável deverá aditar este Contrato, visando a consolidar esta mudança, de modo que não ocorra de forma reiterada o pagamento por páginas não produzidas, devendo ainda ser observados os limites estabelecidos no art. 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os subitens 2.1.2, 2.1.4.1 e 2.1.6 do Anexo n. 1 ao EDITAL.

13.3.3. Extraordinariamente, a referida análise do volume de impressão e franquia poderá ser feita no mês de dezembro, janeiro ou fevereiro que antecederá a mudança de legislatura da Câmara dos Deputados, se tal fato não coincidir com a citada análise semestral.

13.3.4. O equipamento retirado após a referida análise semestral ou extraordinária poderá retornar com a posse do novo Deputado ou de seu suplente.

13.3.5. Durante a compensação ao final de cada semestre contratual, são previstos cinco cenários, dentro de duas situações principais, com a respectiva forma de cálculo, conforme exemplificado no Anexo n. 8 ao EDITAL.

13.3.6. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente a fatura com o detalhamento da prestação do serviço até o quinto dia útil do mês subsequente, e discriminar as parcelas a serem pagas relativas aos serviços, indicando a que período e parcela se refere.

13.4. O pagamento será feito com prazo não superior a trinta dias, contados do aceite do objeto e da comprovação da regularidade da documentação fiscal e trabalhista apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

13.4.1. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), calculados diariamente em regime de juros simples, conforme a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que i = taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

13.4.1.1. Os encargos moratórios devidos serão incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

13.5. Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que tratam o artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com redação dada pela Lei n. 9.711, de 1998 e Lei n. 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430, de 1996 e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

13.6. Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no item anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

13.7. As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada pagamento, declaração em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pelo descumprimento de obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no artigo 87 da LEI, a saber:

- a) advertência, formalizada por escrito;
- b) multa, nos casos previstos no EDITAL e neste Contrato;
- c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a CONTRATANTE;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

14.2. Ocorrendo atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE para dar início aos serviços de implantação da solução, à CONTRATADA será imposta multa calculada sobre o valor global deste Contrato, de acordo com a seguinte tabela:

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
1	0,1%	15	2,0%	29	5,7%
2	0,2%	16	2,2%	30	6,0%
3	0,3%	17	2,4%	31	6,4%
4	0,4%	18	2,6%	32	6,8%
5	0,5%	19	2,8%	33	7,2%
6	0,6%	20	3,0%	34	7,6%
7	0,7%	21	3,3%	35	8,0%
8	0,8%	22	3,6%	36	8,4%



DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
9	0,9%	23	3,9%	37	8,8%
10	1,0%	24	4,2%	38	9,2%
11	1,2%	25	4,5%	39	9,6%
12	1,4%	26	4,8%	40	10,0%
13	1,6%	27	5,1%		
14	1,8%	28	5,4%		

14.3. Findo o prazo fixado sem que a CONTRATADA tenha iniciado a implantação da solução, além da multa prevista, poderá, a critério da CONTRATANTE, ser cancelada, parcial ou totalmente, a Nota de Empenho, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

14.4. A CONTRATADA será também considerada em atraso se prestar os serviços em desacordo com as especificações e não corrigir as inconsistências apresentadas dentro do período remanescente do prazo de execução fixado na proposta.

14.5. Na hipótese de abandono da contratação, a qualquer tempo, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente deste Contrato, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

14.6. Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou recolhidos pela CONTRATADA à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de cinco dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

14.7. Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas não justificadas ou se a CONTRATANTE julgar as justificativas improcedentes, poderão ser impostas à CONTRATADA, ainda, multas por infração cometida, limitadas, em qualquer caso, a 10% (dez por cento) do valor deste Contrato, observados, sempre, a reprovabilidade da conduta da CONTRATADA, dolo ou culpa e o disposto no item anterior e sopesados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, de acordo com a seguinte tabela:

INFRAÇÃO	PERCENTUAIS (sobre o valor global do contrato)
1. DEIXAR DE:	
1.1. entregar o Plano de Implantação dentro do prazo estipulado, por dia de atraso	0,01%
1.2. concluir a implantação da solução dentro do prazo estabelecido, por dia de atraso	0,01%
1.3. entregar relação de dúvidas mais frequentes (FAQ), por dia de atraso	0,001%
1.4. realizar treinamento aos técnicos de atendimento e aos técnicos do Service Desk, por dia útil de atraso	0,01%



CÂMARA DOS DEPUTADOS

INFRAÇÃO	PERCENTUAIS (sobre o valor global do contrato)
1.5. observar as determinações da CONTRATANTE quanto à circulação de seus empregados nos prédios, quanto ao uso, manutenção e segurança das instalações, bem como salvaguarda de documentos, por ocorrência	0,01%
1.1. fornecer ao Órgão Responsável a relação nominal dos empregados que prestarão os serviços, conforme o disposto no <u>item 5.2</u> deste Contrato, por dia de atraso	0,01%
1.7. cumprir exigência ou obrigação contratual, ou legal, ou incorrer em qualquer outra falta para a qual não se previu multa diversa, por ocorrência	0,01%
1.8. efetuar descarte apropriado de peças e consumíveis inaproveitáveis ou o encaminhamento dos materiais descartados, com potencial reaproveitamento, como peças usadas e embalagens, para reciclagem de forma responsável e ambientalmente correta, observando os preceitos da Lei 12.305/10 – que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – e que no seu artigo 33 trata da questão, da Lei n. 9.605/1998 e da NBR 10.004, por ocorrência	0,01%
INFRAÇÃO	PERCENTUAIS (sobre o valor unitário do milheiro da franquia mensal do contrato)
2. DEIXAR DE:	
2.1. realizar treinamento ao usuário na data e hora agendada, por ocorrência, por usuário	3%
2.2. entregar relatório de instalação, por dia útil de atraso	8%
2.3. restabelecer o serviço ou deixar de inserir o relatório técnico no ITSN e ou encerrar o incidente na ferramenta ITSM dentro do prazo estipulado, por equipamento e por hora útil ou fração de atraso	10%
2.5. cumprir instruções relativas à execução dos serviços, por ocorrência	5%
2.6. atender solicitação de substituição definitiva ou temporária de equipamento, por hora útil ou fração de atraso	15%
2.7. instalar equipamento, após entrega no local de uso, no prazo estipulado no <u>subitem 5.8.4</u> deste Contrato, por dia útil de atraso	6%



INFRAÇÃO	PERCENTUAIS (sobre o valor global do contrato)
2.8. desinstalar equipamento na data prevista no cronograma fornecido pelo Órgão Responsável, conforme item 8.3 deste Contrato, por dia de atraso	6%
2.9. retirar, conforme <u>item 8.4</u> deste Contrato, o equipamento das dependências da CONTRATANTE após desinstalação, por dia útil de atraso	10%
2.10. apresentar ao usuário relatório de visita com data e hora do término do atendimento já preenchidos, por ocorrência	20%
3. Atribuir a execução dos serviços a pessoas não identificadas previamente pela CONTRATADA junto ao Órgão Responsável, por ocorrência	20%
4. Efetuar qualquer forma de adulteração dos contadores internos dos equipamentos, ou substituí-los por outros sem prévia autorização do Órgão Responsável, por ocorrência e por equipamento	50%

15. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

4.1. Os preços contratados poderão ser reajustados, a cada período de 12 meses, contado da data de apresentação da proposta, utilizando-se o ICTI (Índice de Custos de Tecnologia da Informação), fornecido pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ou, caso esse índice venha a ser extinto, o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

4.1.1. A CONTRATADA poderá solicitar o reajuste até 6 (seis) meses após a data em que adquirir o direito, nos termos deste item 15.1, sob pena de preclusão.

4.1.2. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste produzirão efeitos a partir da data da solicitação da CONTRATADA, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a CONTRATADA prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato, de acordo com o artigo 56 da LEI, correspondente ao artigo 93 do REGULAMENTO, observando o disposto neste Título.

16.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
- prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

16.3. A garantia será prestada no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da entrega da via do contrato e só poderá ser levantada, após o término do prazo da vigência contratual, observado o disposto no item 16.4 deste Título.

16.3.1. Poderão ser consideradas como a data da entrega:

a) em caso de contrato assinado fisicamente: a data informada no documento de rastreamento de entrega de correspondências obtido no sítio eletrônico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, ou a data da retirada do instrumento *in loco*;

b) em caso de contrato assinado eletronicamente: a data do envio, por e-mail, do instrumento assinado por ambas as partes.

16.3.2. Não serão aceitas minutas de garantias.

16.3.3. A garantia, ou os documentos que a representam, deverá ser apresentada na Coordenação de Contratos da CONTRATANTE, localizada no Edifício Anexo I, 13º andar, sala 1308.

16.4. A vigência da garantia deverá corresponder ao prazo contratual acrescido de, pelo menos, 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência do contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação contratual.

16.4.1. Não serão aceitas garantias concedidas de forma proporcional ao seu prazo de validade.

16.4.2. Não serão admitidas garantias contendo cláusula que fixe prazos prescricionais distintos daqueles previstos na lei civil.

16.4.3. A CONTRATADA ficará obrigada a prorrogar a vigência da garantia apresentada sempre que a vigência contratual ultrapassar a data estimada na ocasião de sua assinatura, observado o prazo disposto no item 16.3 deste Título, considerando a via do aditivo contratual.

16.4.4. No caso de alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser ajustada à nova situação, ainda que retroativamente.

16.5. Apresentada a garantia contratual e existindo qualquer pendência que impeça o seu recebimento definitivo, a CONTRATADA será comunicada para regularizá-la ou substituí-la, sendo-lhe assinalado o prazo de 10 (dez) dias, contado da data da notificação, que poderá ser realizada por e-mail.

16.5.1. Recebida a garantia para reexame e remanescendo a necessidade de ajuste, a CONTRATADA será novamente comunicada, sendo-lhe assinalado o prazo cabal de 5 (cinco) dias para sanear a(s) pendência(s), contado da data da notificação.

16.5.2. Ultimadas as medidas constantes deste item 16.5 sem que a garantia esteja em plenas condições de ser aceita definitivamente, serão tomadas as providências para a aplicação de sanções à CONTRATADA, de acordo com as regras previstas no EDITAL e neste Contrato.

16.6. Enquanto não constituída a garantia, o valor a ela correspondente será deduzido, para fins de retenção até o cumprimento da obrigação, de eventuais créditos em favor da CONTRATADA, decorrentes de faturamento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

16.7. A falta de prestação da garantia ou sua apresentação em desacordo com o exigido no EDITAL e neste Contrato, no prazo fixado, ensejará a aplicação de multa correspondente a 2,22% (dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento) do valor estipulado para a garantia, por dia de atraso, a ser aplicada do 16º ao 60º dia, sem prejuízo do disposto no item 16.6 deste Título.

16.7.1. No caso de acréscimo contratual, a base de cálculo para a aplicação de multa corresponderá ao montante incrementado ao valor da garantia anterior.

16.8. A falta de prestação da garantia no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do dia útil imediato ao da entrega da via do contrato, ensejará a instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, de que poderá resultar no impedimento de licitar e contratar com a União e no descredenciamento do Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos e, ainda, a rescisão unilateral do contrato por inexecução da obrigação e a aplicação da multa prevista no item 16.7 deste Título.

16.9. O disposto no item 16.7 deste Título aplicar-se-á também nos casos dispostos nos subitens 16.4.3 e 16.4.4 e no item 16.10 deste Título.

16.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, durante a vigência contratual, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da notificação.

16.11. No caso de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia será executada para ressarcimento à CONTRATANTE das multas e indenizações devidas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no EDITAL e neste Contrato.

16.12. Em caso de apresentação de seguro-garantia, é vedada a inclusão e/ou supressão de dispositivos nas condições gerais e especiais nele previstas que divirjam da redação original do anexo referente ao Seguro Garantia – Segurado Setor Público da Circular SUSEP n. 477, de 30 de setembro de 2013, ou norma que vier a substituí-la.

16.12.1. O seguro-garantia deve ser emitido por seguradora em situação regular na Superintendência de Seguros Privados.

16.12.2. No instrumento do seguro-garantia a CONTRATANTE deverá constar como beneficiária do seguro.

16.12.3. É vedada a inclusão de cláusulas particulares no seguro-garantia, salvo permissão expressa da CONTRATANTE, que poderá ocorrer em momento posterior ao efetivo recolhimento da garantia, mediante consulta da CONTRATADA.

16.13. Quando se tratar de depósito caucionado, a garantia deverá observar o disposto no Decreto-Lei n. 1.737, de 1979 e orientação do SIAFI, que determinam devam ser as garantias prestadas em dinheiro, nas licitações públicas, depositadas na Caixa Econômica Federal (CEF).

16.14. No caso de garantia apresentada na modalidade de fiança bancária, deverá constar do documento renúncia expressa aos benefícios da ordem previstos no artigo 827 da Lei n. 10.406, de 2002 (Código Civil).

16.14.1. A garantia na modalidade de fiança bancária deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil.



16.15. Se a garantia for prestada em títulos da dívida pública, a aceitação será condicionada à emissão sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

16.16. A garantia contratual será devolvida de acordo com o disposto na Ordem de Serviço n. 02, de 2013 da Diretoria-Geral da CONTRATANTE, conforme a seguir:

16.16.1. O Departamento de Material e Patrimônio, de ofício ou por solicitação da Contratada e, após concluídas as diligências necessárias, proporá à autoridade competente a devolução da garantia contratual.

16.16.2. Autorizada a devolução, o Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade preparará o expediente necessário à entrega da garantia e solicitará o comparecimento da CONTRATADA para a retirada dos documentos.

16.17. As garantias não retiradas pela CONTRATADA, independentemente do disposto nos subitens 16.16.1 e 16.16.2 deste Título, terão o seguinte tratamento:

16.17.1. A garantia prestada nas modalidades seguro-garantia ou fiança-bancária será arquivada no processo de origem do respectivo contrato após 120 (cento e vinte) dias do término da sua vigência.

16.17.2. A garantia prestada na modalidade caução em dinheiro, após 5 (cinco) anos do término de sua vigência, será transferida para o Fundo Rotativo da CONTRATANTE, após notificação prévia da CONTRATADA, mediante edital publicado no Diário Oficial da União.

16.17.3. A garantia prestada na modalidade caução em títulos da dívida pública, na forma escritural, transcorridos 120 (cento e vinte) dias do término da vigência e desde que haja manifestação favorável do Departamento de Material e Patrimônio, poderá ser desvinculada do contrato administrativo pela instituição financeira que a mantém em custódia.

16.18. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, para decidir demandas judiciais decorrentes de questões referentes à garantia contratual.

17. DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

17.1. O presente Contrato terá vigência de 48 (quarenta e oito) meses, conforme datas definidas na Folha de Rosto, podendo ser prorrogado em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei n. 8.666, de 1993, e com o artigo 105, inciso II do REGULAMENTO, a critério da CONTRATANTE.

17.2. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Contrato.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília, 08 de Setembro de 2021.

Pela CONTRATANTE:

CELSO DE BARROS CORREIA NETO Assinado de forma digital por CELSO DE BARROS CORREIA NETO: [assinatura]
Dados: 2021.09.03 13:39:05 -03'00'

Celso de Barros Correia Neto
Diretor-Geral

Pela CONTRATADA:

CARLOS ALBERTO PULICI JUNIOR Assinado de forma digital por CARLOS ALBERTO PULICI JUNIOR: [assinatura]
Dados: 2021.08.31 09:59:52 -03'00'

Carlos Alberto Pulici Junior
Diretor

FERNANDO JOSE COUTINHO MARTINS Assinado de forma digital por FERNANDO JOSE COUTINHO MARTINS: [assinatura]
Dados: 2021.08.30 16:24:17 -03'00'

Fernando José Coutinho Martins
Diretor Financeiro

av